

A dívida e as condições para a negociação política

A despeito do que cada observador, analista, empresário, tecnocrata ou banqueiro possa pensar do assunto, é cada vez mais evidente que engrossa e se consolida na cena internacional a corrente que deseja resolver o problema da dívida dos países em desenvolvimento em alto nível e de forma definitiva.

Há um ano, ou há poucos meses, eram simplesmente tidos como visionários ou utópicos aqueles que pregavam a cooperação entre governos credores e devedores na busca de um entendimento que viabilizasse novas formas e condições de relações financeiras entre devedores e credores.

Tecnicamente, conforme já dissemos aqui inúmeras vezes, isso não é tão complicado e difícil quanto parece. Tudo é uma questão de combinar fluxos financeiros com transações comerciais, de tal modo que os países devedores possam cumprir todos os seus compromissos, regular e firmemente, mediante ganhos auferidos com seu próprio processo de desenvolvimento. Assim se assegura adimplência com crescimento.

Os meios técnicos para que isso aconteça, todavia, não aparecerão espontaneamente, por obra e graça das conversações entre banqueiros e autoridades ou empresários dos países devedores. Essas conversações, como todo mundo sabe, não têm o poder de mudar instituições e legislações, nem de criar mecanismos novos. São conversações que só podem resultar em acordos-padrão, isto é, dentro dos mecanismos, leis e instituições já existentes.

Ora, o problema maior é exatamente que os mecanismos, leis e instituições preexistentes ao aparecimento dessa situação não têm nem a dimensão nem a qualidade que seria necessária para lidar adequadamente com ela. Este é um fato que todo mundo reconhece, e acaba de ser mais uma vez sintetizado nas palavras do presidente da Security Pacific Corp., Eichard Flaman, à correspondente do *Los Angeles Times*: "As dimensões do desafio são sem precedentes — diz ele — e, por definição, isso significa que as respostas também serão sem precedentes". Ora, respostas sem precedentes só podem ser encontradas em conversações e acordos políticos.

Por dever de ofício, em certos casos, ou por falta de percepção, em outros, algumas importantes personalidades continuam a proclamar sua fé numa solução definitiva pelos meios atuais. O diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, nos parece digno de ser enquadrado no primeiro grupo: "Eu já disse isso antes — opinou ele na Conferência Monetária Internacional da Filadélfia — e vou repetir: não há soluções mágicas para os problemas que estamos enfrentando". Em seguida revela por que ele, por exemplo, não pode acenar com soluções "mágicas" em virtude mesmo do cargo que ocupa, ao dizer que "essas idéias tendem a criar expectativas injustificadas e dificultar, portanto, o processo de ajustamento".

Sem dúvida. Se o diretor do FMI comece a dizer que tem uma nova solução pronta ou que tem fé nesta ou naquela sugestão inovadora, os quarenta e tantos países que estão tratando de seguir os programas da instituição começarão a pensar que não é mais necessário nenhum sacrifício e torna-se incomparavelmente mais difícil o trabalho de estudar ou implementar qualquer inovação efetiva.

Mas ele próprio, sem sair do quadro de condicionantes existentes, está obviamente em busca de inovações, quando fala, por exemplo, como falou em Filadélfia, de novas formas de reescalonamento das amortizações de países que venham tendo sucesso nos seus programas de ajustamento. E ele mesmo reconhece que esse "sucesso" pode ser revertido por fatores alheios ao controle dos devedores, quando diz que "o que é preocupante é a incerteza com que se encara a evolução futura das taxas de juros".

Pela leitura e acompanhamento das mais variadas opiniões e situações, parece-nos que neste momento existem algumas poucas coisas já beneficiadas por grande consenso, que interessam a todos os devedores praticamente e que podem ser aceitas pela maior parte, pelo menos, dos credores: a eliminação ou redução da imprevisibilidade do serviço da dívida; o alongamento significativo dos prazos dessa dívida; a redução do seu custo em termos de juros reais, spreads, comissões, etc. Como disse o ministro Saraiva Guerreiro, são objetivos gerais, que permitem uma negociação conjunta, e não problemas específicos, deste ou daquele devedor, que só podem ser negociados caso a caso.

Então, a principal novidade do momento é que já não tem mais sentido ficar discutindo se é melhor a negociação caso a caso (como ainda parece desejar a senhora Margaret Thatcher) ou se é melhor uma negociação global. Já se diferenciam os problemas que só podem ser resolvidos em negociações caso a caso daqueles que só podem ser solucionados em negociações conjuntas. Assim, o que se deve discutir, daqui para a frente, é, na verdade, a agenda, a oportunidade e a dimensão das negociações conjuntas, entre governos devedores e credores, sem interromper, é claro, o andamento e o aperfeiçoamento dos esquemas financeiros já montados em negociações caso a caso.

Mas há dois magnos fatos políticos dos quais muito vai depender o rendimento de qualquer discussão nesse sentido: um no maior país credor, outro no maior país devedor. As sucessões presidenciais nos Estados Unidos e no Brasil estão, indiretamente, retardando o amadurecimento das condições para negociações políticas substantivas. Nos EUA porque o presidente Reagan só pode proceder ao seu próprio "ajuste" econômico interno, nos termos aliás sugeridos mas não impostos pelo FMI (simplesmente porque o governo norte-americano não teve de recorrer a ele), depois de ter assegurada sua vitória nas eleições. Antes disso, as medidas para redução do déficit norte-americano (corte de despesas e elevação de impostos) levá-lo-iam à derrota. No Brasil porque ninguém, aqui dentro ou lá fora, sabe qual será o desfecho da novela da sucessão presidencial, e a probabilidade não anulada de um Maluf na Presi-

dência simplesmente tolhe qualquer possibilidade de propostas de prazo médio ou longo. Maluf é um evento que pioraria o atual esquema de apoio financeiro ao Brasil (pois os credores se retrairiam diante do evidente risco de conturbação política e social que ele encarna) e impossibilitaria, pelo mesmo motivo, a montagem de qualquer esquema alternativo.

Assim, a menos que a reunião de Londres traga alguma novidade imprevista — no que não acreditamos —, a grande negociação só se viabilizará mesmo depois das definições políticas nos EUA e no Brasil. Mas não há dúvida de que estamos em preliminares promissoras.